

Carta de Compromisso dos Candidatos ao Cargo de Prefeito de Florianópolis



A carta

Florianópolis é uma cidade única, de belezas naturais incomparáveis, dona de um rico folclore que encanta moradores e visitantes. Floripa é também complexa. Administrar nossa Ilha da Magia vai muito além de preservar suas paisagens e tradições. É um privilégio e um desafio que exige uma visão transformadora, com coragem para enfrentar os desafios contemporâneos e o compromisso com o bem-estar de todos os cidadãos, tanto os de hoje quanto os das futuras gerações. A cidade do presente clama por soluções que garantam o acesso justo à moradia, uma mobilidade urbana eficiente e sustentável, e uma infraestrutura básica digna, como o saneamento. Ao mesmo tempo, o futuro exige líderes que compreendam as profundas mudanças sociais e ambientais que nossa sociedade está vivendo.

Nesta carta, firmamos um compromisso não apenas com a eficiência da gestão pública, mas também com o desafio de reduzir desigualdades, empoderar economicamente as famílias e criar uma cidade que seja, de fato, inclusiva. Florianópolis não pode se dar ao luxo de deixar qualquer cidadão para trás. Precisamos de uma gestão que entenda a importância de proporcionar moradias dignas, serviços de qualidade e oportunidades para todos.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina, o Instituto dos Arquitetos do Brasil e a Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura, por meio desta carta, reafirmam a necessidade de uma gestão que enxergue a cidade em todas as suas dimensões, respeitando suas complexidades e, acima de tudo, comprometida com um desenvolvimento urbano equilibrado, que preserve o meio ambiente e garanta qualidade de vida. É essencial que as políticas urbanas não apenas respondam aos problemas imediatos, mas que projetem uma cidade capaz de prosperar nas próximas décadas.

Assumir o compromisso exposto neste documento é mais do que uma assinatura. É a promessa de que, juntos, podemos construir uma Florianópolis justa, sustentável e capaz de oferecer oportunidades a todos, sem perder de vista as gerações que herdarão essa cidade amanhã.



Prioridades para a Cidade

1. Habitação Social

Como foi colocado nas entrevistas, a falta de investimentos em habitação social nos últimos anos não é uma questão de falta de recursos, mas de falta de prioridade. Nos últimos anos, de R\$430 milhões de investimentos, Florianópolis destinou para Habitação um total de R\$2,67 milhões. A Habitação Social precisa urgentemente ganhar prioridade.

Além da necessidade de destinação de verbas municipais relevantes, o município terá em mãos um empréstimo do BID de US\$120 milhões, com o qual se poderia ampliar o acesso a moradias dignas para a população que vive em situação de vulnerabilidade social e ambiental.

Com o déficit habitacional, que está perto de 24 mil moradias, entendemos que a correta aplicação desses recursos nesta área é urgente e indispensável, promovendo também regularização fundiária e criação de habitação de interesse social em áreas da cidade com infraestrutura consolidada.

Nesta aplicação dos recursos, são essenciais estratégias para garantir que também populações vulneráveis, vivendo hoje em condições precárias nas encostas e áreas de preservação da nossa cidade tenham o Direito à Cidade, com acesso à moradia digna e também a serviços públicos. Nesse sentido, uma política habitacional efetiva precisa incluir programas de urbanização e regularização em assentamentos populares, acompanhados de melhorias habitacionais, além de aluguel social na área central e provisão de unidades novas.

Foi consenso entre entidades e conselho que, para ter saídas efetivas nessas frentes, é preciso avançar em modelagens institucionais inovadoras que contem com a assessoria técnica (ATHIS).

2. Mobilidade Urbana

A mobilidade urbana é uma questão que impacta a vida da população desde as camadas populares até as de alta renda, ainda que os usuários de transporte público sejam os mais impactados - de modo geral, em Florianópolis, uma mesma viagem em ônibus dura duas a três vezes mais do que em automóvel, uma mesma viagem em horário de pico leva duas a três vezes mais.

Um consenso entre urbanistas é o da urgência de um novo paradigma de mobilidade centrado em transporte coletivo eficiente e multimodal, que considere também o transporte aquático em nossas baías (valorizando o contato da cidade com a água) e a integração com a mobilidade da nossa Zona Metropolitana. Isso, também, interligado a mobilidades ativas para pequenas e médias distâncias.

O governo federal, através do PAC Mobilidade, vai investir R\$159 milhões na construção do primeiro corredor de ônibus e BRT em Florianópolis - o trecho sul, entre TITRI e TICEN. A nossa capital vizinha, Curitiba, já tem corredores de ônibus há 50 anos., há meio século.

Para além de soluções exclusivamente rodoviaristas – a abertura de mais e mais pistas para automóveis –, precisamos de ações estruturantes e investimentos contínuos no curto, médio e longo prazo. Espera-se que o conceito de Desenvolvimento Orientado ao Transporte, presente no Novo Plano Diretor, ganhe concretude nesta direção. O sucesso da densidade projetada depende totalmente destes investimentos para que seja transformada em real melhora nas condições de mobilidade de habitantes e turistas.

3. Plano Diretor e Governo Aberto

Aprovada e regulamentada a revisão do plano diretor, novos desafios se colocam. É importante que a nova gestão esteja comprometida com a sua efetiva implementação e desenvolvimento, de maneira sustentável, levando em conta o impacto das mudanças que trará na paisagem e no meio ambiente da ilha e a grande necessidade de infraestrutura, hoje insuficiente. Certamente, este acompanhamento e avaliação das políticas precisa contar com um governo aberto, isto é, transparência de dados e indicadores, além de participação de todos os habitantes – como já destacara a “Carta aos Prefeitos” do CAU Nacional. De acordo com relatório da [OKBR](#) (Open Knowledge Brasil) sobre Índice de Dados Abertos para Cidades (2023), Florianópolis estaria entre os piores níveis de transparência e gestão de dados. Diante disto, trata-se de um grande desafio.

É preciso equilibrar o crescimento urbano e a preservação ambiental. O adensamento vai impactar o meio ambiente e o contexto de mudanças climáticas precisa ser levado em conta na efetivação da ocupação urbana. O adensamento controlado pode trazer benefícios, se implantado em áreas capazes de recebê-lo, acompanhado da infraestrutura necessária.

A imprensa noticiou há alguns meses um relatório da [OKBR](#) (Open Knowledge Brasil) sobre Índice de Dados Abertos para Cidades (2023), segundo o qual Florianópolis estaria entre os piores níveis de transparência e gestão de dados.

A “Carta aos Prefeitos”, do CAU Nacional, propõe a implementação de indicadores para medir o progresso urbano. A correta gestão e ampla transparência de dados é determinante para a percepção da população sobre os avanços da cidade.

Temos hoje uma "Secretaria de Inteligência Urbana" que poderia prever e demonstrar, por exemplo, como a verticalização permitida pelo novo plano diretor pode se reverter em fundos públicos para outras áreas da cidade e divulgar amplamente como isso venha a ocorrer. Em termos mais específicos, precisa ficar claro que os recursos outorga onerosa gerada pela verticalização vai para as áreas e pautas mais necessárias. Por isso, Também, gerar e divulgar dados sobre os avanços na cobertura do saneamento, nos indicadores de mobilidade e regeneração ambiental são fundamentais

4. Saneamento

Florianópolis tem uma paisagem e natureza privilegiadas, que são a razão da grande atratividade da cidade a novos moradores e muitos turistas. No entanto, a falta de saneamento básico é uma grande ameaça a esta paisagem e natureza, à saúde das pessoas e a uma economia baseada na força do turismo e da construção civil.

Nossa situação ambiental e o Marco Legal do Saneamento nos colocam um duplo desafio enquanto cidade. Nossa cidade atingiu, em suas áreas efetivamente urbanizadas, densidades que tecnicamente inviabilizam as soluções de tratamento de esgoto individuais ou aquelas cujos processos requerem grandes áreas livres, como as lagoas e wetlands. Em nosso solo com lençol freático alto e assim sujeito à contaminação, seriam de altíssimo custo e risco.

Ao final do atual contrato com a CASAN, não será mais possível realizar, "por inércia", sua simples renovação sem uma licitação aberta; O contrato existente está por vencer, impossibilitado de servir como garantia para indispensáveis novos financiamentos de longo prazo. PPPs ou sub-concessões com a Casan ficam inviabilizados; Estudos de diversas entidades da cidade mostram a insolvência da CASAN e a sua total falta de capacidade para os investimentos necessários.

Com boa parte do contrato não cumprida, principalmente metas de investimento, está gerado um desequilíbrio que coloca nossa cidade em situação ambiental precária mas contratualmente vantajosa, sem nada dever à concessionária, tendo teoricamente enormes créditos contratuais.

Grande parcela da tarifa paga pelos cidadãos ao longo dos anos não retornou nos investimentos contratados e acabou sendo gasta indevidamente pela concessionária. Além do desastre ambiental iminente, isso gerou desequilíbrio econômico financeiro em favor do município, provavelmente muito superior ao valor dos ativos.

Para atender ao marco legal do saneamento somente Florianópolis demandará um plano de investimento de cerca de R\$3,5 bilhões em nova infraestrutura, sem considerar as melhorias do sistema existente, sucateado. Este investimento é uma obrigação legal e uma grande oportunidade de crescimento sustentável, desde que corretamente administrada, em um ambiente técnico e financeiramente adequado aos desafios. O financiamento existe, garantido pela tarifa, como em todas as regiões desenvolvidas mundo afora.

Aos esforços da Prefeitura no apoio às ligações regulares deve se somar uma fiscalização séria do contrato e metas da Concessionária, levando a cabo, como parece ser o caso, a aplicação das penalidades do contrato atual e eventual contratação de nova Concessão.

Florianópolis, 26 de setembro de 2024